

- Além está Castro! - apontou-nos o guia - aquillo é o castello!

Estavamos n'um alto; a vegetação luxuriosa do Minho era para nós um sonho já; nem uma arvore de fruto, nem uma pequena matta de pinheiros; o cavallo era rachitico, um metro apenas de altura, as urzes estendiam-se por toda a parte, onde as fragas lhe não impediam o desenvolvimento.

Penedos caprichosos, aglomerações graníticas de fôrmas fantásticas á direita e á esquerda, em frente de nós e pela rectaguarda. Uma verdadeira garganta de granito. E lá ao fundo, como um vulto sombrio, o castello de Castro, eriçado nas suas arestas agudas. (p.15)

É com estas palavras que José Augusto Vieira nos abre a descrição da sua chegada a Castro Laboreiro, depois de ter passado por Fiães, Alcobça e Lamas de Mouro. O livro (dois volumes) O Minho Pittoresco (1886/87) era assim apresentado na sua primeira edição:

Edição de luxo, illustrada com mais de tresentos desenhos de João de Almeida, gravados pelos mais celebres artistas nacionaes e estrangeiros, magnificas estampas em chromo representando costumes; e seis mappas da provincia, (geologico, dos arvoredos e terrenos incultos, dos rios e montanhas e chorographicos do districto de Vianna, do districto de Braga e do districto do Porto) expressamente gravados.

José Augusto Vieira, nascido em Valença, morreu de tuberculose em 1890 com apenas 34 anos. Por ocasião dessa desse acontecimento funesto, a revista Occidente, nº 417 de 21 de Julho de 1890, publicou:

Para os que lêem mais ou menos e conhecem o movimento litterario do paiz, não é desconhecido o nome de José Augusto Vieira, o auctor do Minho Pittoresco, essa monumental obra publicada pelo benemérito editor sr. Antonio Maria Pereira, obra que é a phtographia conscienciosa e elegante da nossa provincia do Minho, a monografia mais completa do viver d'aquelles povos, com os seus vetustos monumentos, com as suas sorridentes paisagens, com os seus pittorescos costumes, que tudo Vieira descreve e analysa, com o mais profundo conhecimento, com a mais elegante forma litteraria, com o gosto e finura de um espirito observador e inteligente (p.162).

No final das cerca de 800 páginas do segundo volume, o autor retoma uma das imagens mais repetidas mais repetidas a propósito do Minho - Que jardim é este, onde os homens são cravos e as mulheres são rosas, sabel-o agora demasiado, leitor; mas porque o sabes, não me leves a mal o prazer de repetir a phrase, com que encetei esta obra:

É o Minho, é o jardim de Portugal.

Contudo, no jardim de Portugal nem tudo eram vergéis e locais amenos onde vivia um povo trabalhador que cultivava a terra generosa, “ridente” e “ubérrima”, para usar adjectivos então correntes. A chegada a Castro Laboreiro desmente essa tónica paradisíaca de uma forma bastante brusca:

A nossa casa de refugio foi o posto fiscal; graças á obsequiosidade d’esses humildes funcionarios, ali desterrados, conseguimos alojar os animaes e relacionarmo-nos com aquella pobre gente semi-selvagem e desconfiada, que nos olhava como a personagens raros e curiosos, e que se perguntava uma á outra - o que iriamos nós ali lazer -como se gente civilisada não visitara a sua terra, senão para attentar contra alguma immuidade local. (p.16).

Numa única frase, os civilizados – os visitantes e os funcionários desterrados – contrastam com a pobre gente daquelas serras, considerada semi-selvagem e desconfiada. Uns parágrafos à frente, fala-se em cubatas e interiores sordidos onde o fumo asphyxia! - Só por desgraça é que a gente vive aqui, meu senhor - dizia-me uma pobre mulher castreja, com quem conversavamos, - ainda se o governo nos fizesse a esmolinha de mandar para cá uma estrada!

A terra é fria e pouco fértil; as aguas d’uma deliciosa leveza e frigiditas de neve. (p.22).

Assim era a escrita de viagem, plena de ambiências românticas onde o contraste entre o bucólico e o exótico era muito apreciado. O autor, médico e cirurgião diplomado, não fugia ao cânone, embora uma vez ou outra, o realismo daquilo que era visitado e narrado não lhe passasse despercebido e, assim, se desencantasse o romantismo da escrita sobre o viço dos campos e os vetustos monumentos, as histórias e lendas locais, as curiosidades e apontamentos de paisagens e ambientes, os costumes pitorescos do povo camponês. Esses e outros temas não podiam estar ausentes da elegância, do bom gosto e da finura e inteligência da classe dita culta, da pequena elite de então a quem os livros se dirigiam. O próprio José Vieira, na descrição das circunstâncias que o levam a abandonar Castro Laboreiro, afirma:

Apezar da minha boa vontade de ficar, para passar uma noite conversando á lareira com as castrejas, cujos usos se me offerecia ocasião asada para conhecer, não houve remedio senão ceder ás instancias da caravana e dizer por aquella vez adeus ás cantigas que esperava recolher, ás lendas, aos contos de carochinha da tradição local, a todos os apontamentos emfim que poderiam alçar a minha individualidade obscura aos olhos ávidos do Folk-lorismo nacional. (p.23). O tal folk-lorismo que caracterizava o padrão cultural da categoria social que era designada como povo, fazia parte da visão binária da sociedade vista pela burguesia letrada. O povo, claro, não escrevia acerca de si próprio - era pobre e analfabeto, ali e na quase totalidade do país. Nada como uma escrita pitoresca para reposicionar o assunto num plano diferente e, até, sublinhar determinadas valorações éticas próprias da representação das qualidades metafísicas do povo, vistas do lado daqueles que viviam com certo conforto e tinham conhecimento e estudos, e de muitos outros cuja riqueza dependia em grande parte da exploração do trabalho dos camponeses. A simplicidade, a bondade, o espírito do trabalho, a frugalidade, o respeito pela autoridade..., faziam parte da representação idealizada da população: rural educadas no trabalho tão de novo, as creanças tinham o orgulho de não mendigar. (p.24)

Remetendo literalmente para a pintura, a estética do pitoresco caracteriza o olhar romântico, associando o jogo da intensificação das emoções às visões das paisagens a que se associam, desde a pura contemplação,

à participação inflamada e ao despertar da curiosidade. Movida pelo gosto da viagem, a atitude pitoresca aprecia o inusitado, o inesperado, a espontaneidade e, muito para lá daquilo que é mais objectivamente proposto à observação, o despertar da sensibilidade e do devaneio, a busca do admirável. A paisagem, a natureza, as presenças humanas e os seus costumes, as construções..., são filtradas por essa atitude sensível que apreciará as ruínas, os lugares solitários e desolados, uma certa melancolia. Os bosques sombrios, as árvores gigantes, as ravinas, o céu de tempestade, as cavernas, as rochas, as grandes montanhas..., adquirem uma tonalidade poética que explora a imaginação e os sentimentos provocados por essa atitude artificiosa face ao que é visto e representado. O contraponto desses cenários e sentimentos, é a explosão da alegria das danças e das romarias, os recantos campestres, as cores, o canto dos pássaros, os remansos ou as cascatas dos rios e correntezas.

Vilhena Barbosa (1811-1890), membro distinto da Academia Real das Ciências, escreveu em 1862 no semanário ilustrado *Archivo Pittoresco* esta pérola sobre a boa gente da lavoura:

Nos trabalhos ruraes, no seio da família, e nas festas populares aquella boa gente vive vida patriarcal. Ide procural-a quando mais occupada andar nas lides da lavoura. Vereis famílias inteiras e diferentes associadas no trabalho, auxiliando-se mutuamente. Vereis crianças, adultos, e velhos, nas fadigas mais penosas, ou rasguem com o arado as entranhas da terra, ou ceifem curvados as suas cearas, ou apanhem as uvas dependuradas nas arvores, ou espadellem o linho, vertendo o suor do rosto, sempre alegres e satisfeitos, fallando, gracejando, e cantando sem cessar. Quem os ouvir, sem os ver, julgará que brincam, mas não póde crer que trabalhem.

Na verdade o trabalho por aquelle modo não representa o castigo que foi dado ao homem ao ser expulso do paraíso. Póde considerar-se simplesmente como um exercício hygienico em meio de variado folgar.

Esta é a herança romântica e o modo como se instalou a visão do povo, do mundo rural, da paisagem, da construção das identidades nacionais e regionais, por parte de uma classe (muito reduzida) escolarizada e cultivada nas academias. Leite de Vasconcellos (1858-1941), o celebrado arqueólogo, etnógrafo, linguista... afirmava num dos volumes da sua *Etnologia* (vol.6, 1938, p.406) que "Em Portugal há verdadeira veneração das cousas do campo. As montanhas, as várzeas, as margens dos rios estão salpicadas de templos, e em alguns pontos, como no Minho, o branquejar das torres, entre as massas compactas da verdura, dá à vista belo efeito artístico (...)". Contudo, acerca de Castro Laboreiro, o mesmo autor tinha escrito, cinquenta anos antes, no ano anterior à edição do *Minho Pittoresco*, que "(...) os povos vizinhos, Grassão, Tibo, Adrão, Peneda, Gavieira, Castro-Laboreiro, têm muito de agreste e de miseravel: montes extensos, maninhos, cobertos de nevoa, através da qual o lobo uiva; nem uma habitação caiada que convide ao repouso, nem um pomar verdejante que deleite a vista. Em Grassão ha mesmo casas abertas no solo, como entre os povos primitivos." (*Dialectos Minhotos*, 1885)

Acelerada pelo vapor e pelo capitalismo industrial em grande parte da Europa ao longo de quase todo o séc XIX, a evolução do processo de modernização acelerou o processo de desaparecimento do mundo rural na sua tripla existência: uma economia de base familiar praticamente em modo de auto-subsistência e recorrendo a produtos e técnicas de cultivo tradicionais; uma visão do mundo fechada, debruçada sobre si e sobre o passado, sobre a tradição, os usos e costumes, as crenças religiosas e outros valores e práticas da comunidade; e, finalmente, uma paisagem modelada pela variabilidade dos sistemas biofísicos naturais –

clima, solo, orografia, geologia, etc. -, e pela longa construção da topografia e paisagem do solo cultivado, dos baldios da serra, do povoamento, caminhos, muros, moinhos, ou caneiros das levadas. Desruralização é a denominação/conceito que se usa para identificar esses processos de declínio/desconstrução do mundo rural.

Em Portugal, a desruralização progrediu de modo acelerado, sobretudo com as sucessivas vagas de emigração que se seguiram ao final da II Grande Guerra. Fugia-se às más condições de vida, da pobreza, da fome, dos horizontes fechados do Portugal rural que parecia não ter saído da pré-modernidade. Na cabeça de Salazar e da ideologia da ditadura que durou de 1933 até Abril de 1974, a fantasia rural propagandeada pela ditadura permanecia como veículo de inculcação ideológica e dominação:

(...) Estes já foram dos pais, já foram dos avós e mesmo de outros avós pelos séculos dentro. Uns após outros desbravaram as terras, cultivaram a vinha e o milho, criaram os filhos, sofreram. A vida é áspera, há desgostos, angústias, privações, injustiças que parece ninguém pode reparar. Um ambiente de carinho, porém, envolve o lar e uma luz superior ilumina a existência: a velha igreja e o seu adro foram feitas a expensas de todos os vizinhos, com esmolas e trabalho; o cemitério também. Numa parte e noutra há verdadeiramente o suor do rosto, a preocupação de viver, a tradição do sangue, o património moral. Do fundo das consciências surgem claramente estes imperativos: o trabalho na vida, a propriedade na terra, a virtude na família, a esperança nas almas. (Oliveira Salazar, Discursos, 1936).

A glorificação do camponês e da vida rural tornaram-se, assim, um dos pontos centrais da ortodoxia. Bem vistas as coisas, o próprio Salazar era «um filho do campo», com saudades do «murmúrio das águas de rega» e da «sombra dos arvoredos».

Perdida a importância económica e a funcionalidade do “mundo rural” e do que lá havia, foi-se acumulando um legado infundável de destroços que são recorrentemente mobilizados para reciclar, para o ofício do re-encantamento da realidade do presente, entalado que está entre referências genéricas e avassaladoras da cultura de massas que ameaçam tudo dissolver, e a necessidade de cada um ser diferente ou possuir um lado distinto na sua identidade. Na massa, por definição, a identidade não se manifesta - tudo se precipita no efeito dissolvente do genérico e do anonimato. Em velocidade acelerada pelo processo de globalização e pelo dilúvio da circulação de referentes culturais materiais e imateriais, as memórias bastante distorcidas do velho mundo rural e todo o seu repertório de memórias, lugares, ruínas, legados identitários, ficções..., alimentam nostalgias e narrativas ficcionadas que, depuradas dos relatos da vida dura e do mau viver, se transformam numa arcádia perdida, num mundo perfeito pronto a exorcizar as angústias e as dificuldades do presente.

Esse estatuto duplo de presente-ausente – como as ruínas, as coisas e os lugares abandonados – preenche plenamente essas nostalgias, rememorando um passado mitificado em memórias de ancestralidade, de “autenticidade” e excesso de identidade em doses semelhantes. A melancolia suspende o final do luto nunca realizado, e a consciência da perda daquilo que se tornou ao mesmo tempo amado e perdido, permanece em sólido granito e digna presença, como um espigueiro, umas alminhas, os campos em socacos ou as casas vetustas que ninguém habita. Descaracterizado, como se houve dizer, tudo em volta contrasta e aumenta a visibilidade dessas quase fantasmagorias do passado.

Entretanto, à medida que se vão perdendo os testemunhos e as experiências/memórias de vida dessa ruralidade, o gosto pelo campo e pela salvaguarda dos territórios e culturas desse mundo encantado, vai-se disseminando por muitos e diversos grupos sociais para quem uma aldeia reformulada e turistificada, um resort de vivendas de luxo “no campo”, uma estância de turismo rural, uma ruína transformada em casa de férias, um projecto de produção agrícola em modo biológico, etc., etc., constituem dispositivos alternativos de evocação e reinvenção da ruralidade, da “natureza” e dos lugares, das tradições, do vernacular.

A questão é que o “lugar” já pouco garante em termos de estabilidade e excepcionalismo culturais. Permanecem os nomes, mas, hoje, os lugares são cada vez mais nós de uma rede complexa de movimentos onde os indivíduos e os grupos episodicamente se fixam segundo modos diversos e mutantes. Tudo diferente da antiga associação entre comunidade e lugar, onde o âmbito das relações sociais mais significativas tinham como limite pertinente os próprios limites e a própria geografia do lugar: a estabilidade das primeiras era o garante da estabilidade do outro – como Jorge Dias escreveu acerca da sua definição de comunidade enquanto “grupo local integrado por pessoas que compartilham um território bem definido, as quais estão ligadas por laços de intimidade e convívio pessoal e participam de uma herança cultural comum”, homogéneo, bem caracterizado, estável, com um recorte preciso, quase auto-suficiente, etc.

Com a facilidade com que hoje se movimentam pessoas e referências culturais e se difundem modos de estar e de ver o mundo, o vernacular ou o tradicional vão metamorfoseando até se confundirem com a expressão local de um cruzamento instável de referências vindas de muitos mundos, tempos e mundividências. Não existe estabilidade suficiente para que as coisas cristalizem e durem.

A própria actividade agrícola (quando existe com alguma importância) corresponde hoje a uma diversidade de sistemas, tecnologias e modos de organização que têm pouco que ver com a agricultura tradicional de âmbito familiar. Com ou sem terra, produz-se em modo empresarial para mercados sujeitos às vicissitudes globais, incorporando especializações e tecnologias muito avançadas. A força de trabalho pode vir de terras longínquas através de contratos de quase neo-escravatura; os sistemas e tecnologias de produção tendem a ser universais; cresce a exposição a mecanismos de concorrência e preços de carácter global. À dominante extractivista, industrializada, de forte intensidade tecnológica e de grande escala do chamado agronegócio, opõem-se as experiências minoritárias da agricultura biológica, da especialização em produtos e variedades protegidas. Contudo, estas práticas não devem confundir-se com aquilo que era a agricultura familiar do passado, mesmo que a tradição e o “local” sejam bastante invocadas para construir a visibilidade de uma determinada marca. Em termos macroeconómicos, em 2021, a agricultura representava apenas 1.6% do Produto Interno Bruto. Aquilo a que (ainda) se chama um agricultor é, cada vez mais, um empresário agrícola ou um trabalhador precário. Nada disto cabe no universo de sentido da ruralidade e das suas imagens e narrativas mais comuns.

Contudo, apesar das carências crónicas e da dureza da vida camponesa, quando se multiplicavam as casas novas construídas por antigos portugueses que estavam ou haviam emigrado, e se expunha aí a mudança drástica da sociedade e da cultura do mundo rural, levantou-se um sobressalto geral que a classe cultivada e erudita não quis deixar passar, como José Saramago na sua *Viagem a Portugal* (1981): “(...) Desde que saiu de Trás-os-Montes, os olhos do viajante têm procurado não ver os horrores disseminados pela paisagem, as empenas de quatro ou oito cores diferentes, os azulejos de casa de banho transferidos para a fachada, os telhados suíços, as mansardas francesas, os castelos do Loire armados à beira da estrada em ponto de cruz, o inconcebível de cimento armado, o furúnculo, o poleiro de papagaio, o grande crime cultural que

se vai cometendo e deixando cometer” etc., distribuindo mais outros mimos de condenação estética como o “arraial das arquitecturas cretinas”, a “geral degradação”, a “casa maison com janela fenêtre”, e mais um ou outro “delirante produto da imaginação”, ou Orlando Ribeiro (1987, Revista da Faculdade de Letras do Porto – Geografia):

Trabalhadores duros e ordeiros, quando na própria terra não são raros os madraços e conflituosos, não fazem má figura na Europa média (não longe de meio milhão só em França). Vêm passar as férias de Verão e às vezes do Natal ao lar paterno renovado ou às casas espantosas que a generalização do cimento e do tijolo permite construir nalgumas semanas, com arrebiques de escadas, varandas, alpendres, telhados desencontrados, às vezes cobertos de telha preta, forrados de azulejos mais extravagantes do que os dos brasileiros ou pintados de cores berrantes de gosto mais deplorável. São os Senhores Engenheiros das Câmaras (título de tanto prestígio como os de médico e “doutor de Leis”) que, mediante incríveis negociatas (nunca reinou em Portugal tanta corrupção a todos os níveis), impingem projectos copiados de revistas estrangeiras, descaracterizando de tal modo a formosa arquitectura das nossas vilas e aldeias que muitos estrangeiros que nos visitam as tomam como a expressão típica de Portugal; nem as aldeias serranas escapam a esta calamidade.

Já tinha acontecido com as casas dos brasileiros. Sabemos que o julgamento de gosto esconde sérias fracturas sociais assim grosseiramente arremessadas por parte de quem pensa que o seu estatuto lhe garante o monopólio do bom gosto e que essa é uma marca de distinção (e de superioridade) segura e indelével. O tema da construção social da figura do emigrante está exemplarmente informado e desenvolvido na tese de doutoramento de Albertino Gonçalves, *A Definição Social dos Emigrantes no Noroeste de Portugal - Imagens e Clivagens*, Universidade do Minho, 1994.

Saliente-se, no entanto, que a violência verbal contida nos discursos sobre as práticas e representações sociais desenvolvidas pelos residentes acerca dos emigrantes, é proporcional à magnitude do desabamento do velho mundo rural que, de resto, se tornava frequentemente visível em simulacros folclóricos, concursos de aldeias, lugares para passar férias e para compor figurantes de um mundo imaginado que oscilava entre a condição humilde, simples e sábia, e, quando calhava, a rusticidade condenável do andrajoso, grosseiro e frequentador de tabernas.

Depois deste percurso, vale a pena regressar ao século dezanove e ao Minho Pittoresco, (pp.20 a 22) para encontrar descrições cruas e adjectivos variados acerca das dificuldades da vida em Castro Laboreiro:

Nada mais sordido que um d'esses interiores de Castro e nada mais humilde também! N'um angulo da parede, quasi sempre uma rocha viva, fórma-se o leito, o mais economica e singelamente que é possível; dois barrotes de madeira unidos entre si em angulo recto, formam com as paredes um quadrilátero, sobre que elle assenta. A um d'esses barrotes está appenso um banco, ao outro um quadrado que serve de guarda-roupa, formando tudo como que uma só peça inteiriça, de que a gravura dá uma idea bem clara.

N'esses leitos não havia lençoes! É um luxo de civilização, que o castrejo ainda não conhece; as mantas grosseiras de burel constituem as únicas roupas, com que se cobre!

(...)

No inverno, os castrejos, principalmente os de serra acima, abandonam as povoações do alto e recolhem ás suas choças no fundo dos valles, as Inverneiras, para as quaes transportam o seu limitado trem de cosinha, os instrumentos do trabalho, as roupas e os gados. Chegada a primavera deixam as suas casas de inverno e voltam para as do alto.

Nos fins de S. Miguel os homens robustos e validos emigram para o Douro e Beiras, onde vão fazer paredes nos mattos e campos; chamam-lhes n'essas provindas os 'tapisas' ou 'tapúas.' Ficam apenas as mulheres, os velhos e as creanças.

- Não ha quem deite a mão a qualquer coisa, senhor.- Se acontece de a neve entulhar as portas dos curraes, mal nos avimos (havemos) para poder tirar o gadinho.

(...) No mez de junho regressam aos seus lares e fazem os trabalhos agrícolas da colheita do centeio e batata, a apanha das lenhas e dos mattos para as córtes dos gados, compram ou vendem nas leiras algum animal, concertam as choupanas, e, quando o inverno chega, depois de deixarem feitas as sementeiras do centeio barrozo, emigram novamente.

Sobre a vila de Castro Laboreiro, José Augusto Vieira escreve um pouco mais à frente: constituída pela agglomeração de choupanas cobertas de giestas e colmo, d'entre as quaes apenas a egreja e uma ou outra casa destacam os seus telhados negros e paredes esfumadas.

Para finalizar (pp.27, 28):

(...) apeámo-nos e entrámos n'uma d'essas choças de selvagem, sendo preciso accender uma candeia para conseguirmos vêr a doente, que tremia com o calafrio da febre no meio dos grossos buréis do leito, onde não havia um unico lençol! e que mergulhava numa atmosphera asphyxiante de fumo, aromatisada ainda pelas emanações que saham do curral annexo. Nem aceio, nem ar, nem sequer luz!

(...)

Montando a cavallo seguimos o mesmo caminho para Melgaço (...) apenas um ou outro cão de gado, specimen d'essa valente raça chamada de Castro, e que fóra d'aquellas asperas pene-dias se abastarda ou morre nostálgica, nos cumprimentava de longe a longe.

Dito isto, pode-se agora fazer um exercício de especulação sobre a persistência do discurso identitário que continuamente recicla realidades e ficções (obliterando outras) deste passado rural mais ou menos mitificado.

Enquanto categoria analítica, identidade presta-se a todo o tipo de usos e significados tão vagos e variáveis quanto a própria instabilidade da linguagem quotidiana e do jogo de consensos e dissensos sobre o modo como cada um, cada grupo de pertença representa o mundo e se representa a si próprio. Questionando sobre razões e conteúdos de que se fala quando se fala de identidade, descobre-se o potencial heurístico da expressão – o seu potencial para questionar e esclarecer – e o seu carácter dêitico, i.e., relativo a um elemento linguístico que não detêm um sentido por si só, que não é objectivo e que, por isso, é extremamente sensível às situações, aos modos de enunciar, àquilo a que se faz referência e às formas de o fazer, ou às características dos interlocutores e dos contextos em que a comunicação decorre.

Percebe-se que as referências arcaicas à cultura de Castro Laboreiro e a variações sobre temas recorrentes – contrabando, passagem a salto, clandestina, brandas e inverneiras, língua, vestuário, costumes, etc. -, fornece um cenário altamente diferenciador e, por isso, de extrema eficácia para produzir diferenças e destaques

face a outros âmbitos culturais e geográficos. Confrontando isso com as tendências contemporâneas de hipermassificação global, por um lado e, por outro, de complexidade, hibridismo e velocidade de mudança dos referentes culturais, estilos de vida e visões do mundo, esses repertórios mais ou menos magificados constituem um património de elevado poder de construção de um exotismo e de um contraste que resiste a qualquer processo de dissolução naquilo que é genérico, uniforme e anómico. A produção de alteridade e de singularidade é fundamental ao nível do indivíduo e também dos grupos sociais e dos colectivos territoriais (ou referenciados a um território, a um lugar, a uma região). Se levarmos em linha de conta que no passado muitas representações de Castro Laboreiro se faziam pela negativa - aquela pobre gente semi-selvagem e desconfiada... -, a reconstrução de uma identidade, de uma genealogia desembaraçada desses estigmas é ainda mais importante nos processos de construção de auto-estima com base em qualidades positivas. Se, sobre este cenário, acrescentarmos a emigração em massa e a dispersão dos que nasceram em Castro e das suas famílias, chegaremos a um plano ainda mais definido sobre o valor das referências colectivas, da sua difusão e partilha.

Por parte dos não-Castrejos, e medindo o valor que hoje se dá aos tipicismos, às “autenticidades”, à montanha e à “natureza”, a desejos de afastamento de um mundo voraz, incerto, consumista, intensamente urbanizado, etc., facilmente constatamos a eficácia dessas narrativas identitárias para os que valorizam e procuram tais referentes.

Zygmunt Bauman, o celebrado autor da “Modernidade Líquida” (2000), é conhecido pela clareza e frontalidade da sua visão que, ao contrário do exercício de simplificação por vezes tão precipitado acerca do que é a sociedade e dos modos como os indivíduos nela se inscrevem, procura constantemente os sinais e as explicações para essa “liquidez”: os líquidos não conseguem assegurar formas estáveis; tomam formas diversas consoante aquilo que os contém ou, libertos, tanto podem espalhar-se suavemente sobre formas regulares, como evoluir por correntes e turbilhões em processo de contínua instabilidade. Quanto mais profundo e generalizado é o processo de globalização e mais poderosos são os mediadores da circulação torrencial de tudo, do capital, às imagens, mais inesperadas/diversas e difusas são as práticas, as referências culturais, os contrastes, as misturas ou as ortodoxias. Tudo parece – a identidade também - estar em estado permanente de transição e de incerteza.

Acerca das mudanças radicais na reconstrução identitária nos contextos pós-coloniais (por terem correspondido a processos muito disruptivos), Bauman defende que essa necessidade de re-inventar a sua própria história descobre a ambivalência do discurso identitário: a nostalgia do passado conjugada com a vontade de uma articulação perfeita com a “modernidade líquida”, procurando tirar partido do uso dos efeitos planetários da globalização a favor daqueles que estiveram excluídos (ou dominados) da modernização cosmopolita, sedutora, optimista, libertadora.

Assumindo essa relatividade e inconstância do discurso acerca das comunidades e das identidades, o foco da questão muda-se para o questionamento acerca das razões por que emergem os relatos sobre identidades e pertenças em tempos onde tudo é tão falsamente sólido e garantido para todo o sempre. Pode ser por isso, pela necessidade de alimentar um sentimento de segurança: por muito relativa, anacrónica, superficial ou provisória que pareça, a crença numa identidade e num sentido de pertença produz uma ilusão de que pertencemos a um colectivo onde se possam fixar amarras para não naufragar na voragem dos tempos e da incerteza.

